

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.079 - SP  
(2019/0044469-7)**

RECORRENTE : MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA  
ADVOGADO : DEBORA PUPO GARCIA LOSI - SP269359  
RECORRIDO : SEIJI KATO  
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

**DESPACHO**

A matéria tratada nos autos - consistente em saber se é cabível a impetração do mandado de segurança para atacar decisão judicial que extingue a execução fiscal com base no art. 34 da Lei 6.830/1980 - diante da relevância da questão e para prevenir divergência entre as Turmas da mesma Seção, foi afetada para julgamento na Primeira Seção nos moldes do art. 14, II do RI/STJ.

Neste panorama, para preservar o interesse das partes e a uniformidade na prestação jurisdicional, determino que o feito aguarde na Coordenadoria da Segunda Turma, até o julgamento definitivo do RMS 53.720/SP e do RMS 54.712/SP, ambos de relatoria do Min. SÉRGIO KUKINA.

Após, certifique-se o julgamento e retornem os autos conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator